



Análise de série histórica de dados da educação especial no estado da Paraíba/Brasil

Analysis of historical data about special education in the state of Paraíba/Brazil

Alexandre Dido Balbinot¹, Arieli Haubert²

1 - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil.

2 - Faculdade Inedi - CESUCA, Cachoeirinha, RS, Brasil.

RESUMO

Objetivo: analisar o percurso transcorrido pela educação especial no Estado da Paraíba, analisando-se assim a trajetória do cenário de atendimento instaurado no Estado. **Método:** pesquisa do tipo ecológica composta por uma série histórica de dados secundários referentes às matrículas realizadas em estabelecimentos de ensino localizados no Estado da Paraíba/Brasil, entre os anos de 2005 e de 2013. A análise inferencial composta pelos testes de Correlação de Spearman e Regressão de Poisson robusta. Foi empregado Intervalo de Confiança de 95% e $p < 0,05$. **Resultado:** foi observada redução na quantidade de matrículas da educação básica em aproximadamente 2%. Nas matrículas da educação especial houve aumento em aproximadamente 8%, com retração em classes especiais em torno de 21% e aumento em classes comuns do ensino regular em 15%. **Conclusão:** este aspecto demonstra a evolução do cenário educacional brasileiro, com a alternância de um modelo focado em classes especiais, para um modelo com a integração dos sujeitos em classes comuns.

adbabinot@gmail.com

Palavras-chave:
Desempenho Psicomotor;
Educação Infantil;
Crianças.

ABSTRACT

Objective: to analyze the course of special education in the state of Paraíba, Brazil, and the trajectory of the service established in the state. **Method:** this was an ecological survey composed of a historical series of secondary data involving enrollments in educational establishments located in the state of Paraíba/Brazil, between 2005 and 2013. Inferential analysis was carried out using Spearman's correlation coefficient and robust Poisson regression. The confidence interval was set at 95% and $p < 0.05$. **Results:** the number of basic education enrollments decreased by approximately 2%. Special education enrollments increased approximately 8%, with a decline of around 21% of such enrollments in special classes and a 15% increase in regular education classes. **Conclusion:** the results point to the evolution of Brazilian education, with a shift from a model focused on special classes, to a model that integrates subjects into regular classes.

Keywords:
Psychomotor Performance;
Child Rearing;
Child.



INTRODUÇÃO

A educação especial passou ao longo da história da humanidade por diferentes fases até culminar no momento e cenário em que nos encontramos atualmente. Estas modificações ocorreram em grande parte devido às concepções que permeavam cada tempo e cada território, mais especificamente em decorrência das características econômicas, sociais e culturais dos povos, determinantes do modo de se relacionar com a diferença e concomitantemente com o deficiente.^{1,2}

A primeira fase pela qual perpassou a educação especial no mundo foi composta pela negligência ou ausência do atendimento. Neste período não havia qualquer forma de assistência educacional para aqueles ditos diferentes, mas, mais que isto, não havia uma preocupação com o cuidado, em um sentido mais amplo, destes sujeitos. Algumas práticas comuns frente aos deficientes eram o abandono, a exposição e a eliminação.¹⁻³

Este período finda-se principalmente com o advento e propagação da cultura do cristianismo. A ideologia que emerge emprega a concepção de que todos os seres humanos são providos de alma, e deste modo, são merecedores de atenção e cuidado. Instaure-se, então, uma fase de institucionalização dos sujeitos, assim caracterizando a segregação e proteção dos ditos diferentes em estabelecimentos específicos como fazendas e grandes hospitais.^{4,5}

O próximo avanço significativo no paradigma da educação especial se deu somente ao final do século XIX, com a criação e disseminação das escolas especiais e também das classes especiais em escolas regulares de ensino. No Brasil, uma importante expansão das escolas especiais se deu a partir da década de 1960, em decorrência da criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), tendo seu auge de crescimento nas décadas de 1970 e 1980.⁶⁻⁸

Mais recentemente, inicia-se a quarta fase deste processo evolutivo de atendimento ao deficiente, com a proposta de integração dos sujeitos no ambiente de ensino regular. Este movimento é reforçado pela Constituição Federal em 1988 que garante legalmente o acesso das pessoas com deficiência à escolarização, e tem a integração como preceito. Outro marco importante para fomentar o conjunto de ações e medidas tomadas pelas políticas públicas no setor da educação foi a Declaração oriunda da Conferência

Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade realizada em Salamanca no ano de 1994.^{9,10}

Atualmente as políticas públicas de educação especial tem direcionado o atendimento para um modelo de inclusão, com a disponibilização de atendimento educacional para os sujeitos com deficiência através de classes comuns do ensino regular. Além deste atendimento, é garantido o Atendimento Educacional Especializado, a ser ofertado em turno contrário ao da escolarização e preferencialmente no ambiente da escola de origem do educando em caráter complementar ao atendimento na classe comum.¹¹⁻¹³

As modificações no paradigma de atendimento da educação especial no Brasil têm se dado de forma gradativa e até passível de ser considerada lenta em determinados momentos. Mais que isto, em decorrência da autonomia política propiciada pela descentralização da gerência pública da educação, há uma importante diferenciação na evolução quando comparados os diferentes estados federativos. Este aspecto pode ser evidenciado através de estudos científicos que abordaram esta temática em outros estados brasileiros e em diferentes regiões.¹⁴⁻¹⁷

Nesta perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar o percurso transcorrido pela educação especial no Estado da Paraíba, analisando-se assim a trajetória do cenário de atendimento instaurado no Estado através variação das matrículas escolares, vislumbrando-se que os dados sejam utilizados a posteriori para subsidiar a elaboração de estratégias e políticas educacionais.

MÉTODO

O trabalho aqui apresentado refere-se à pesquisa do tipo ecológica, sendo composta por uma série histórica de dados secundários originados da quantidade de matrículas de educação expressas nos Censos Educacionais Brasileiros disponibilizados através do endereço eletrônico <http://www.portal.inep.gov.br>, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Foram incluídos no presente estudo os dados referentes às matrículas realizadas em estabelecimentos de ensino localizados no Estado da Paraíba/Brasil, entre os anos de 2005 e de 2013, contemplando assim, os dados das diferentes esferas administrativas (pública e privada).

A coleta e análise dos dados foram realizadas no decorrer do mês de julho do ano de 2018. Para

isto, realizou-se o download dos arquivos com dados de cada ano do Censo Educacional. Foram coletadas dentro das sinopses de cada ano as informações referentes às quantidades de matrículas da Educação Especial na educação básica: na Educação Especial através de Escolas Especiais, na Educação Especial através de classes especiais em escola regular, na Educação Especial através de classes regulares em escola regular; assim como a estratificação destes dados para o tipo de rede de ensino: pública ou privada.

Foi realizada a tabulação dos dados de interesse e sua análise através do programa Stata 11, no qual foram realizadas as análises descritivas e inferenciais. A análise inferencial foi composta pelos seguintes testes estatísticos: Correlação de Spearman (teste não paramétrico que mede a intensidade da relação entre variáveis ordinais), Regressão de Poisson robusta (sendo esta uma forma de avaliar a relação entre variáveis explicativas e uma única variável resposta), e Intervalo de Confiança de 95%. Foi empregado nível de significância de $p < 0,05$.

RESULTADOS

Os dados que compuseram o presente estudo são referentes às 10.233.927 matrículas realizadas no Estado da Paraíba durante o período pré-estabelecido, ou seja, englobando de 2005 a 2013. Deste montante total, 1.293.739 foram efetivadas através da rede privada de ensino, enquanto que 8.940.188 através da rede pública, podendo estas últimas serem oriundas de instituições públicas federais, estaduais ou municipais de educação.

Os dados referentes à educação básica são apresentados graficamente através do Gráfico 1, segundo a esfera administrativa (pública/privada) da instituição de origem da matrícula de cada educando.

Mais especificamente o estudo abarcou 99.772 matrículas de educandos da Educação Especial, sendo 15.529 de instituições privadas, e 84.243 de instituições públicas. A educação Especial, independentemente de suas modalidades de atendimento, representou 0,97% das matrículas da Educação Básica na totalidade do período, tendo maior representatividade nos últimos dois anos, ou seja, em 2012 e 2013 com 1,46% em ambos.

Dentro da Educação Especial, e mais especificamente sobre aquelas matrículas realizadas através de atendimento disponibilizado por Escolas

Exclusivamente Especializadas, foram evidenciadas 19.739 matrículas ao longo do período, sendo 10.328 abarcadas pela rede privada de educação, e 9.411 pela rede pública. A educação através de Escolas Exclusivamente Especializadas representou 19,78% das matrículas. Sua maior representatividade ocorreu no ano de 2005, primeiro ano abarcado no estudo, com 59,34%.

Os dados referentes à modalidade de atendimento de Escolas exclusivamente especializadas são apresentados graficamente através do Gráfico 2, segundo a esfera administrativa (pública/privada) da instituição de origem da matrícula de cada educando.

Em outra modalidade de atendimento disponibilizada pela Educação Especial, as Classes Especiais do Ensino Regular, o contingente de matrículas efetivadas ao longo do período foi de 4.746 matrículas. Destas, 692 foram realizadas em instituições privadas de educação, enquanto que 4.054 foram realizadas em instituições públicas. As Classes Especiais representaram 4,76% das matrículas, sendo que seu ano de maior representatividade dentro da totalidade da Educação Especial ocorreu no ano de 2005 com 11,38%.

Os dados referentes à modalidade de atendimento de Classes Especiais do Ensino Regular são apresentados graficamente através do Gráfico 3, segundo a esfera administrativa (pública/privada) da instituição de origem da matrícula de cada educando.

Na última modalidade de atendimento que compõe a educação especial neste estudo, as Classes Comuns do Ensino Regular, foram observadas 75.287 matrículas, sendo que destas 4.509 referiam-se aquelas provenientes de educandos de instituições privadas, enquanto que 70.778 eram de origem pública. As matrículas de educandos da Educação Especial dentro de Classes Comuns do Ensino Regular abarcaram ao longo do período 75,46% das matrículas, tendo a maior representatividade no ano de 2013 com 94,93% do total da Educação Especial.

Os dados referentes à modalidade de atendimento de Classes Comuns do Ensino Regular são apresentados graficamente através do Gráfico 4, segundo a esfera administrativa (pública/privada) da instituição de origem da matrícula de cada educando.

Foi evidenciada média de 1.097.672 matrículas ao ano (DP= 105086,7), tendo ocorrido o maior contingente de matrículas no ano de 2005, com 1.319.888 matrículas, e, o menor contingente em 2017 com 994.721.

Gráfico 1 - Evolução das matrículas da educação básica no Estado da Paraíba entre os anos de 2005 e 2013, segundo a esfera administrativa da instituição de origem da matrícula.

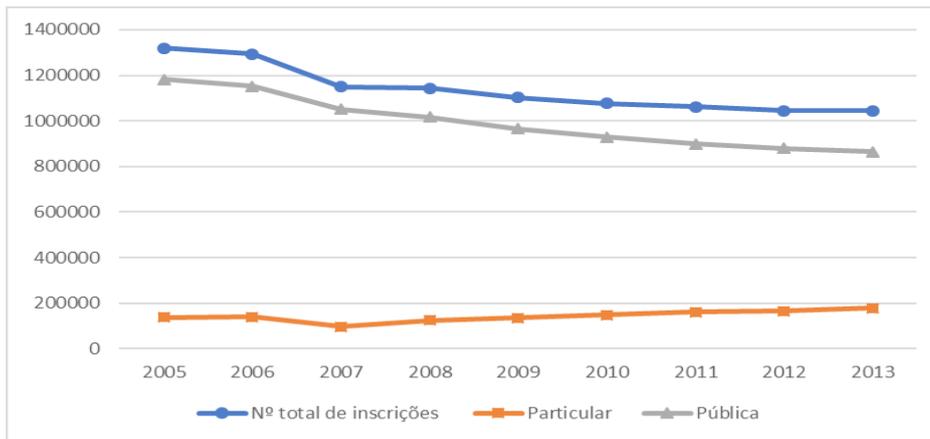


Gráfico 2 - Evolução das matrículas da Educação Especial em Escolas Exclusivamente Especializadas no Estado da Paraíba entre os anos de 2005 e 2013, segundo a esfera administrativa da instituição de origem da matrícula.

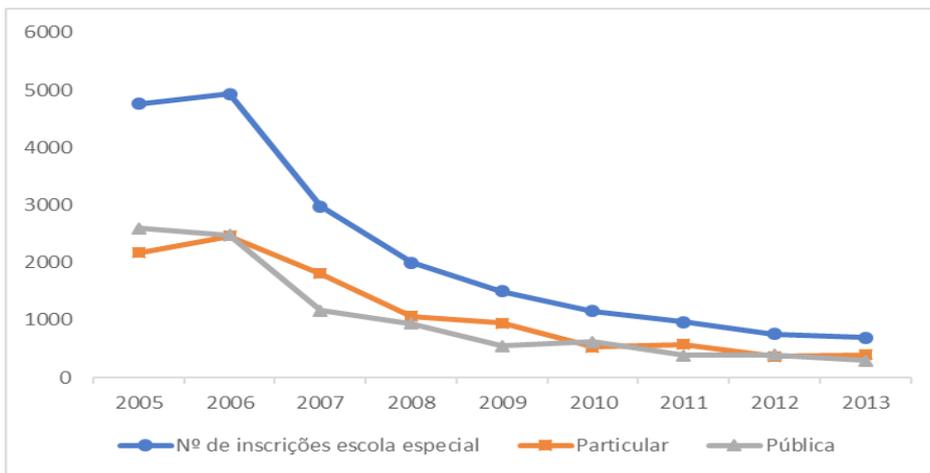


Gráfico 3 - Evolução das matrículas da Educação Especial em Classes Especiais do Ensino Regular no Estado da Paraíba entre os anos de 2005 e 2013, segundo a esfera administrativa da instituição de origem da matrícula.

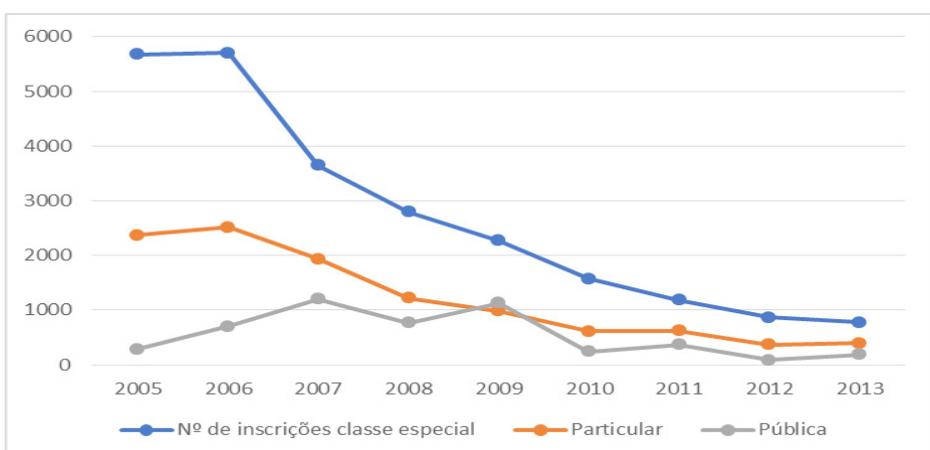
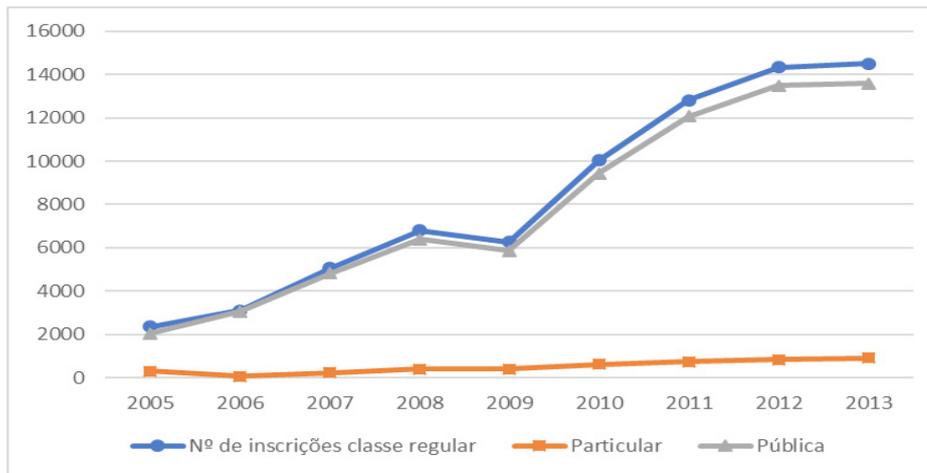


Gráfico 4 - Evolução das matrículas da Educação Especial em Classes Comuns do Ensino Regular no Estado da Paraíba entre os anos de 2005 e 2013, segundo a esfera administrativa da instituição de origem da matrícula.



Mais especificamente, referente as matrículas na rede privada de ensino houve média de 160,77 (DP=30069,21), com maior valor ocorrendo no ano de 2016 (190.925) e o menor no ano de 2007 (97.854). Enquanto que para a rede pública, houve média de 939.630,8 matrículas por ano (DP= 127.023,2), com maior valor no ano de 2005 (1.181.370) e o menor no ano de 2017 (805.772).

Ao longo do período foi observada redução significativa ($p < 0,001$) na quantidade de matrículas da educação básica em aproximadamente 2%, sendo que ao estratificar os dados por dependência administrativa, houve ampliação das matrículas na rede privada em 4% ($p < 0,001$) em contraponto a retração de 3% da rede pública ($p < 0,001$).

Observando somente as matrículas da educação especial, houve uma média de 12.932,23 matrículas por ano (DP= 3.850,81), sendo que o maior valor (19.717) ocorreu no ano de 2012 e o menor valor (8.026) no ano de 2005. Em relação a rede privada de educação, houve uma média de 1.682,38 matrículas ao ano (DP= 485,43), com maior valor (2.663) ocorrendo no ano de 2005 e o menor valor (1.205) no ano de 2012. Já para a rede pública verificou-se média de 11.400,69 matrículas ao ano (DP= 4.313,13), com maior valor (18.096) no ano de 2017 e o menor valor (5.363) no ano de 2005.

Foi observado aumento significativo ($p < 0,001$) na quantidade de matrículas da educação especial ao longo do período de tempo abordado no presente estudo em aproximadamente 8%.

As matrículas em classes especiais apresentaram média de 2.094,15 matrículas por ano

(DP= 1850,33), sendo o menor valor encontrado no ano de 2017 (591) e o maior no ano de 2006 (5.700). Estratificando pela esfera administrativa, foi possível observar média de 992,31 matrículas por ano (DP= 779,09) para a rede privada, com maior valor ocorrendo no ano de 2006 (2.516) e o menor no ano de 2012 (363). Já para a rede pública houve média de 1.101,85 matrículas por ano (DP= 1.087,21), com maior valor ocorrendo no ano de 2005 (3.309) e o menor no ano de 2016 (172).

Referente as matrículas em classes especiais, ficou evidente retração significativa ($p < 0,001$) em aproximadamente 21%, sendo que semelhantemente houve diminuição para a rede privada de educação em 17% ($p < 0,001$), enquanto que para a rede pública este percentual foi de 24% ($p < 0,001$).

Referente as matrículas nas classes comuns do ensino regular, verificou-se média de 10.988,92 matrículas ao ano (DP= 5.672,89), tendo maior valor ocorrido no ano de 2017 (19.126), e menor valor (2.350) ocorrido no ano de 2005. Em relação à rede privada de ensino, houve média de 690,08 matrículas ao ano (DP= 381,72), tendo maior valor (1.225) ocorrido no ano de 2017, e menor valor (66) no ano de 2006. Enquanto que para a rede pública houve média de 10.298,85 (DP=5.299,89), o menor valor (2.054) evidenciado ocorreu no ano de 2005, e o maior (17.901) no ano de 2017.

Houve ao longo do período estudado um aumento significativo ($p < 0,001$) nas matrículas da educação especial nas classes comuns do ensino regular em aproximadamente 15%, percentual idêntico quando observado os dados provenientes

somente da rede pública de educação ($p < 0,001$). Já para a rede privada, também houve aumento, sendo este em torno de 16% ($p < 0,001$).

Em outra análise inferencial, foi possível evidenciar correlação positiva entre as matrículas oriundas do total da educação básica, com as

matrículas da educação especial provenientes das Classes Especiais. Em contraponto, houve correlação negativa entre os dados da totalidade das matrículas da educação básica quando analisados frente às matrículas da educação especial, e da educação especial através das classes comuns do ensino regular.

Tabela 1 - Análise da evolução das matrículas entre 2005 e 2017 no Estado da Paraíba/ Brasil através de Regressão de Poisson Robusta.

Variável	RP	IC 95%	P
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe especial			
Total	0,79	0,77-0,82	$p < 0,001$
Privada	0,83	0,79-0,86	$p < 0,001$
Pública	0,76	0,74-0,78	$p < 0,001$
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe regular			
Total	1,15	1,12-1,18	$p < 0,001$
Privada	1,16	1,11-1,20	$p < 0,001$
Pública	1,15	1,11-1,18	$p < 0,001$
Nº Total de inscrições no Ens. Esp.			
Total	1,08	1,07-1,09	$p < 0,001$
Privada	0,95	0,92-0,99	$p = 0,005$
Pública	1,10	1,09-1,12	$p < 0,001$
Nº Total de inscrições no ensino básico			
Total	0,98	0,97-0,98	$p < 0,001$
Privada	1,04	1,02-1,06	$p < 0,001$
Pública	0,97	0,96-0,97	$p < 0,001$

Tabela 2 - Análise da correlação entre as matrículas no ensino básico e as matrículas na educação especial entre 2005 e 2017 no Estado da Paraíba/ Brasil segundo Teste de Correlação de Spearman.

Nº Total de inscrições no ensino básico	Spearman's rho	P
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe especial	0,972	$p < 0,001$
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe regular	-0,983	$p < 0,001$
Nº Total de inscrições no Ens. Esp.	-0,940	$p < 0,001$

DISCUSSÃO

Os dados apresentaram ao longo do período uma diminuição significativa no total de matrículas da educação básica, fenômeno que corrobora com os dados do Censo quanto ao contingente populacional da Paraíba, o qual se encontra em retração para a faixa etária entre 00 e 18 anos, sendo esta faixa etária a principal abarcada pela escolarização. Esta retração do número de matrículas também é evidenciada em outras localidades, como no Estado do Ceará, Rio de Janeiro, e, do Paraná, reforçando assim a questão da mudança do perfil populacional em diferentes estados

federativos do Brasil.¹⁴⁻¹⁶

Todavia, em um sentido inverso, a educação especial para o mesmo período apresentou uma ampliação do contingente de matrículas, demonstrando que mesmo em um cenário de diminuição da população de escolares, tem havido um fenômeno de ampliação da cobertura para aqueles alunos com necessidades educacionais especiais. Este fato pode por um lado ser decorrente da efetivação das políticas públicas para a inclusão, e por outro, pela ampliação da evidenciação e caracterização dos sujeitos público alvo desta política.^{13,18,19}

Parece que o diagnóstico clínico tem se apresentado como um componente influenciador da variabilidade das matrículas dentro da educação, em parte devido a ser um importante balizador da inclusão – ou não – do sujeito dentro do público pertencente à educação especial. É evidente que a possibilidade de atendimento educacional especializado está mais associada à classificação biomédica, do que referente à questões pedagógicas referente às dificuldades de aprendizagem dentro da legislação que permeia este contexto.

Existe uma discussão importante acerca desta problemática, onde alguns pensadores acreditam que muitas vezes esta rotulação dos educandos através de uma classificação pode ir em caminho inverso ao do processo de ensino e aprendizagem efetivo. Sendo mais um mecanismo fomentador de exclusão social, do que de auxílio.

Independentemente da questão em relação aos critérios de classificação e enquadramento dos educandos, é possível identificar como se efetivaram as diretrizes públicas para com a educação especial, mais precisamente, através da ampliação da cobertura de atendimento. Estes parâmetros, voltados tanto para o suporte aos sujeitos classificados com deficiência quanto aqueles considerados superdotados ou do transtorno do espectro autista, instituindo atendimentos complementares e suplementares.¹⁷

É importante ainda, que num futuro próximo, se esmiúce a discussão sobre o cenário aqui encontrado, e se avalie qual o perfil dos escolares que estão envolvidos neste processo de atendimento educacional através da educação especial. Importante lembrar aqui trabalho datado de 2015 que analisando as demandas da educação especial salientou a ainda baixa incorporação dos educandos com altas habilidades e superdotação aos atendimentos.

Ainda assim, há uma ampliação importante da cobertura da educação especial para o estado da Paraíba, onde ao se estratificar pela dependência administrativa, é possível observar que tem sido impulsionada em grande parte pelas instituições públicas de ensino. Mais especificamente, observa-se que há um aumento nas matrículas da rede pública, enquanto que na rede privada de educação houve uma retração importante.

Esta retração parece estar associada à necessidade de um maior aporte financeiro para a efetivação do atendimento no âmbito da educação especial, tanto para a aquisição, construção e utilização

de materiais específicos, quanto para a contratação e manutenção de profissionais especializados para organização e efetivação das práticas pedagógicas. Mais que isto, atualmente a legislação proíbe a cobrança de valores diferenciados, por instituições privadas, para alunos com necessidades educacionais especiais.^{20,21}

Além deste ponto, a proposta de inclusão dos sujeitos dentro de classes comuns do ensino regular, tem fomentado a diminuição dos atendimentos através de escolas exclusivamente especializadas, que em sua maioria provinham da esfera privada, principalmente através das APAES. Este aspecto demonstra a evolução do cenário educacional brasileiro, com a alternância de um modelo focado em classes especiais, para um modelo com a integração dos sujeitos em classes comuns.^{12,13}

Esta alternância do modelo de atendimento, passando das classes especiais, e das escolas especializadas para a inclusão em classes regulares gera uma certa ansiedade entre os profissionais, havendo ainda o questionamento da efetividade de cada modelo. Ao encontro desta problemática, estudo de 2016 apresentou uma comparação entre os modelos de atendimento, e verificou que as classes comuns favorecem o desenvolvimento do educando.²²

Mesmo sendo um cenário adequado para o desenvolvimento, a ansiedade vivenciada por diferentes profissionais da educação implicados neste trabalho demonstra o despreparo ou pouco conhecimento, e, a concomitante necessidade de serem capacitados para consigam desenvolver um trabalho efetivo com os sujeitos.²³⁻²⁴

Aprofundando na questão da formação, a literatura tem descrito que as práticas tradicionalmente utilizadas no processo de ensino aprendizagem escolar não tem apresentado um resultado satisfatório no que tange à aprendizagem dos conteúdos programáticos do currículo escolar. Reforça-se então a importância do investimento em estratégias, ferramentas, e métodos alternativos com base conceitual para fortalecimento do arcabouço dos profissionais.²³⁻²⁴

Parece, por fim, necessário ainda que seja avaliado como tem se dado esta integração dos sujeitos com necessidades especiais dentro das classes comuns do ensino regular, buscando elucidar se este processo tem proporcionado a inclusão efetiva dos sujeitos nestes espaços educacionais, e assim, proporcionando concomitantemente uma inclusão social. Também é importante se avaliar a qualidade do serviço prestado

pelas instituições educacionais, e quais pontos devem ser melhorados.

CONCLUSÃO

O papel dos sujeitos com deficiência na sociedade brasileira vem sendo alterado com o decorrer dos anos, sendo fonte de debates e discussões acerca de seus direitos. Através de políticas públicas, ou mesmo de movimentos da sociedade civil envolvida, o atendimento ofertado a estes indivíduos está se alterando numa perspectiva de maior atenção e inclusão.

A educação é um dos campos mais influenciados por estes constantes debates e a forma de escolarização dos educandos com necessidades educacionais especiais vem evoluindo nas últimas décadas. São inúmeras e já datam de certo tempo as leis, decretos e diretrizes que asseguram o atendimento em classes regulares de ensino, porém, percebe-se que a efetivação prática ocorre gradativamente de maneira mais lenta.

Os dados referentes às matrículas da Educação Especial no estado da Paraíba seguem a mesma lógica de outros estados brasileiros, bem como do país de modo geral, apresentando atualmente a tendência à oferta de escolarização às crianças com necessidades educacionais especiais através da inclusão em classes comuns no ensino regular. Esta ampliação se efetivou no cenário como um todo, mas ao se estratificar por dependência administrativa, as instituições privadas não corroboraram com este dado, o que implica na necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão dos sujeitos também em instituições privadas.

Por fim, as demandas desses sujeitos, em termos gerais, vêm recebendo atenção e vão ao encontro do que pensa-se ser de melhor valia para o processo de escolarização das crianças e adolescentes em todo território nacional. Todavia, o presente estudo não abrangeu a verificação da qualidade do ensino prestado à estes sujeitos, sendo uma proposta à ser investigada em um futuro.

REFERÊNCIAS

1. Miranda AAB. História, deficiência e educação especial. Revista HISTEDBR On-line, Campinas 2004;(15):1-7.
2. Silva MOE. Da exclusão à inclusão: concepções e práticas. Revista Lusófona de Educação 2009;(13):135-53.
3. Miranda AAB. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. Cadernos de História da Educação 2008;7:29-42.

4. Aranha MSF. Paradigma das relações da sociedade com as pessoas com deficiência. Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, 2001; (21):160-73.
5. Da Silva AM. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Editora Ibpex, 2010.
6. Iacono JP, Mori NNR. Deficiência Mental e Terminalidade específica: Novas possibilidades de inclusão ou exclusão velada?. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. 2004.
7. Leonardo NST, Bray CT, Rossato SPM. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. Rev. bras. educ. espec. [online], 2009;15(2). doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382009000200008>
8. Mori NNR, Martinez EC. Prática Pedagógica e Inclusão: um estudo com classe especial. In: Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil, Campinas: SP, 2007.
9. Unesco. Declaração de Salamanca e enquadramento da acção: necessidades educativas especiais. 1994.
10. Santos MP. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Consequências ao Sistema Educacional Brasileiro. Integração. Ano 10, n. 22, 2000.
11. Brasil, Ministério da Educação. Decreto nº 6.571 - Diretrizes operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF, 2008.
12. Brasil, Ministério da educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília, DF: 2009.
13. Brasil, Presidência da República, Casa civil. Decreto nº7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: 2011.
14. Balbinot AD, Haubert A. Análise temporal das matrículas em educação especial entre 2005 e 2013 no estado do Paraná. PRÂKSIS (FEEVALE) 2015;12(2):121-32. doi: <https://doi.org/10.25112/rp.v2i0.397>
15. Balbinot AD. A Educação Especial no Ceará: um estudo da evolução dos indicadores entre 2005 e 2014. Cinergis 2016;17:1-6. doi: <http://dx.doi.org/10.17058/cinergis.v17i1.7147>
16. Balbinot AD, Haubert A. Análise de Matrículas como indicadores da evolução da Educação Especial no Estado do Rio de Janeiro. PESQUISEDUCA 2018;9:663-73.
17. Paraíba. Secretaria da Educação e Cultura. Resolução nº 285/2003. Institui diretrizes estaduais para a educação especial na educação básica e dá outras providências. Conselho Estadual de Educação. Paraíba, 2003.
18. Buccio MI, Gisi ML. Políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. In: Anais do X Anped Sul, Florianópolis, 2014.
19. Castro VDB, Dall'acqua MJC. Matrículas de alunos público-alvo da educação especial: dados dos censos escolares entre 2008 e 2012. In: Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina, 2013.
20. Gomes C, Rey FLG. Inclusão escolar: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. Psicol Ciênc Prof 2007;27(3):406-17. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000300004>
21. Souza DB. A inclusão na perspectiva da organização pedagógica de escolas públicas e privadas. 2010. 169 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010.

22. García-Cedilo I, Romero-Contreras S. Influencia del tipo de escuela (especial o regular) y algunas variables socioeconómicas sobre el aprovechamiento escolar del alumnado con discapacidad. *Educare Electronic Journal* 2016;20(1):1-26.

23. Bosa CA. Autismo: intervenções psicoeducacionais Autism: psychoeducational intervention. *Rev bras psiquiatr* 2006; 28 (Supl I): S47-53.

24. Teodoro GC, Godinho MCS, Hachimine AHF. The student inclusion with Autism Spectrum Disorder in Primary Education. *Research, Society and Development* 2016;1(2):127-43. doi: <http://dx.doi.org/10.17648/rsd-v1i2.10>

Recebido em:29/12/2018

Aceito em:15/03/2019

Como citar: BALBINOT, Alexandre Dido; HAUBERT, Arieli. Análise de série histórica de dados da educação especial no estado da Paraíba/Brasil. *Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde, Santa Cruz do Sul*, v. 1, n. 4, dez. 2018. ISSN 2595-3664. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/ripsunisc/article/view/12997>>. Acesso em: 14 abr. 2019. doi:<https://doi.org/10.17058/rips.v1i4.12997>.